

PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 200/5532/2014

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA DA REALIZAÇÃO: 25/02/2016

HORÁRIO: 10:00 hs

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), Órgão Gerenciador do SRP - Sistema de Registro de Preços, com sede na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ, torna público que, devidamente autorizada pela Sra. Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na forma do disposto no processo administrativo n.º 200/5532/2014, fará realizar, no dia **xx de xxxx de xxxx, às xx horas, no Auditório na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 9º andar –Centro –Niterói /RJ**, licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, PARA FORMAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**, conforme ANEXO 1 – Relação De Itens Da Licitação e ANEXO 2 – Termo de Referência do Objeto, que será regido pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 9.614/2005, Decreto Municipal nº 10.005/2006, Decreto Municipal nº 11.117/2012, Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006 e outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e as condições estabelecidas neste Edital.

1 CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.1 As retificações do instrumento convocatório, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas no Diário Oficial do Município e divulgadas por meio eletrônico na internet, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.2 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.niteroi.rj.gov.br e www.saude.niteroi.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida uma cópia mediante a apresentação de uma mídia removível, na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – Centro - Niterói/RJ, de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, comprovado pela Comissão de Licitação e Pregão.

1.3 Os interessados poderão obter maiores esclarecimentos ou dirimir suas dúvidas acerca do objeto deste instrumento convocatório ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data do início da licitação, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ, de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou através do telefone (21) 2719-5741, no mesmo horário.

1.3.1 Caberá ao Pregoeiro, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

1.4 Os interessados poderão formular impugnações ao edital em até 2 (dois) dias úteis anteriores à abertura da sessão, no seguinte endereço: Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ de 2ª a 6ª-feira, das 10:00 às 16:00 horas, ou, ainda, através do fac-símile n.º (21) 2719-5741.

1.5 Caberá à Unidade Solicitante, auxiliada pela Comissão de Pregão, decidir sobre a impugnação, com encaminhamento de cópia da resposta para todos os interessados, observado o disposto no item 1.1.

2 DO OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo prazo de 12 meses, para **EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE DA FMS-NITERÓI**, conforme as especificações constantes do ANEXO 1 – Relação de Itens da Licitação e ANEXO 2 – Termo de Referência do Objeto.

2.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a adquirir os itens relacionados dos licitantes vencedores, nem as quantidades indicadas no Anexo 2, podendo a Administração, até mesmo, realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, hipótese em que, em igualdade

de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art.15, § 4º, da Lei 8.666/93 e art. 6º do Decreto 10.0005/06.

3 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão Presencial Empresas especializadas cujo objetivo social contenha atividades compatíveis com o fornecimento do objeto desta licitação, observada a necessária qualificação, e que satisfaçam às exigências deste edital, inclusive quanto à documentação constante deste instrumento e seus anexos.

3.2 Não será permitida a participação na licitação de empresa declarada inidônea, no âmbito da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ou tenha sido punido com pena de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal de Niterói.

3.3 Não será permitida a participação na licitação de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas.

3.4 Não será permitida a participação na licitação das pessoas físicas e jurídicas arroladas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666/93.

4 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

4.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de R\$ 22.956.595,00 (Vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e noventa e cinco reais) , conforme os valores constantes no **ANEXO 1 – RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO**, deste edital.

4.2 O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando a Fundação Municipal de Saúde de Niterói a utilizá-lo integralmente.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1 A sessão para credenciamento, recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada de acordo com a Lei que regulamenta o Pregão e em conformidade com este Edital e seus anexos.

5.2 Declarada à abertura da Sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

6 DO CREDENCIAMENTO E DA ENTREGA DOS ENVELOPES

6.1 As empresas participantes poderão ser representadas na Sessão de Pregão por ser representante legal que deverão comprovar, por meio de instrumento próprio, que possuem os necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame e somente estes poderão atuar em nome da Licitante.

6.2 No ato do credenciamento serão efetuadas as devidas comprovações quanto à existência dos necessários poderes para a representação, através da apresentação dos documentos, em original ou cópia autenticada, conforme abaixo:

6.2.1 Se a empresa se fizer representar por seu sócio, proprietária, dirigente ou assemelhada deverá este, para que se promovam as devidas averiguações quanto à administração e gerência da sociedade, apresentar:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência da sua investidura;

6.2.2 Caso seja designado outro representante, este deverá estar devidamente credenciado, sendo imprescindível para que o credenciamento seja aceito, a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade ou documento equivalente;
- b) Procuração com poderes específicos ou Carta de Credenciamento, conforme modelo ANEXO 4, firmada pelo representante legal da empresa, nos termos do seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social;
- c) Original ou cópia autenticada do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou, no caso de empresário individual, a inscrição no registro público de empresas mercantis.

6.3 Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados ao Pregoeiro no momento da licitação, fora de qualquer envelope.

6.4 No caso de apresentação de documento original, o mesmo será devolvido após as conferências necessárias;

6.5 Na hipótese em que a documentação correspondente ao credenciamento tenha sido incluída em qualquer dos envelopes – DE HABILITAÇÃO ou DE PROPOSTA DE PREÇO - será autorizado ao representante da empresa credenciadora que abra o envelope para a retirada dos mesmos, na presença dos demais Licitantes, devendo, em ato contínuo, ser o envelope novamente lacrado e devolvido ao lugar em que se encontrava.

6.6 Ficam as empresas cientes de que somente poderão participar da fase de lances verbais, bem como praticar os demais atos inerentes ao certame, aquelas cujos representantes se encontrem devidamente credenciados nos termos dos subitens anteriores.

6.7 As Licitantes que decidirem pelo envio dos Envelopes por portadores, sem que se efetive o devido credenciamento, somente participarão do certame com o preço constante no envelope de proposta.

6.8 Será admitido mais de um representante para cada licitante, facultado ao pregoeiro reduzir este número, se for para o melhor desenvolvimento da Sessão.

6.9 Não será admitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma Licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

7 - DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DA HABILITAÇÃO E DE SER MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

7.1 Os licitantes apresentarão, no ato do credenciamento, de forma avulsa, a declaração de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e de não estarem impedidas de participar de licitação e contratar com a Administração Pública em razão de penalidades, nem de fatos impeditivos de sua habilitação, na forma do ANEXO 5, sem inseri-la em quaisquer dos envelopes.

7.2 Os licitantes que forem microempresas ou empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar ao Pregoeiro, no ato do credenciamento e fora dos envelopes, declaração na forma do ANEXO 6, de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º do art. 3º da referida Lei.

7.3 Caso a empresa se quede inerte na apresentação de tal documento, não poderá se valer da vantagem prevista.

7.4 Na hipótese do licitante não trazer os documentos mencionados já devidamente preenchidos, os mesmos poderão ser confeccionados no momento da realização da Sessão Pública, devendo ser assinado pelo representante legal do licitante que foi devidamente credenciado.

7.5 Ato contínuo, serão abertos os envelopes contendo a Proposta de Preço, sendo feita sua conferência e posterior rubrica.

7.6 No caso excepcional de a Sessão do Pregão vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubrica, aos participantes, na sessão marcada para prosseguimento dos trabalhos.

8 DOS ENVELOPES

8.1 A Licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta de Preço e os seus Documentos de Habilitação em envelopes distintos, opacos, separados, fechados (colados ou lacrados), constando na

parte externa os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE NITERÓI
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

9 DA PROPOSTA DE PREÇO

9.1 A Proposta de Preço deverá ser apresentada em 01 (uma) via, redigida no formato do ANEXO 7 – Proposta de Preços, impressa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, preferencialmente em papel timbrado do proponente e redigida com clareza, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo proponente ou seu representante legal.

9.2 A proposta deverá ainda:

- a) Fazer referencia a esta licitação, indicar nome ou razão social do proponente, número do CNPJ, inscrição municipal e/ou estadual, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato.
- b) A proposta de preço deverá conter a descrição dos produtos cotados, inclusive as marcas, bem como modelos e/ou referencia do mesmo, com a indicação do número do lote ou item, no caso da licitação ser por lote, a indicação do código correspondente a cada item que compõe o lote, com base no Anexo 1- Relação dos Itens da Licitação e Anexo 2 – Termo de Referência do Objeto.
- c) A indicação do preço unitário de cada item e o seu valor total e, finalmente, o valor total do lote, na hipótese da licitação ser por lote, com base no Anexo 1- Relação dos Itens da Licitação.
- d) O oferecimento pelo licitante do lote ou item indicado implica em aceitação e entrega de todos os itens descritos no lote, ou do próprio item, conforme TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO, com suas especificações e quantidades, sem qualquer restrição, sob pena de invalidação e não aceitação da proposta ofertada.
- e) É permitido às empresas Licitantes apresentarem propostas para um ou mais lotes/ítems que compõem o objeto deste Edital
- f) Menção de ser optante ou não optante do SIMPLES NACIONAL.
- g) Declarar que os itens ofertados estão em conformidade com as especificações contidas no Anexo 1- Relação dos Itens da Licitação e Anexo 2 – Termo de Referência do Objeto, deste Edital.
- h) Declarar que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim abrange todos os custos com materiais e serviços necessários a entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.
- i) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.
- j) Quaisquer tributos, custos e despesas, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título.
- k) Conter oferta firme e precisa para que não haja qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- l) A proposta deverá apresentar preços correntes de mercado, fixos e irrealizáveis, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária ou de custo financeiro.
- m) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real) com no máximo 02 (duas) casas decimais - exemplo: R\$ 0,01 (um centavo), em algarismos e por extenso, não podendo ser igual a zero.

9.3 No caso de haver divergência entre os preços unitários e os totais, assim como os preços

expressos em algarismo e por extenso, prevalecerá o menor desde que exequível.

9.4 Caso o licitante não aceite às correções realizadas, sua proposta de preço será desclassificada.

9.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, caso seja omissa ou apresente irregularidade ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

9.6 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

10 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

10.1 O critério de julgamento desta licitação obedecerá ao disposto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 45 da Lei 8.666/93, a saber, a de MENOR PREÇO POR ITEM, e ainda, ao disposto no parágrafo 3º do artigo 45 da Lei nº 8.666/93, levando-se em consideração atendimento às exigências deste Edital, sendo considerada(s) vencedora(s) a(s) Licitante(s) que obtiver(em) o menor preço por item, consoante as especificações do Anexo 1- Relação dos Itens da Licitação e Anexo 2 – Termo de Referência do Objeto. O objeto deste Edital será adjudicado à licitante cuja proposta for considerada vencedora.

10.2 Serão classificados pelo Pregoeiro para participar da fase de lances o autor da proposta de menor preço e os demais licitantes que apresentarem as propostas com valores até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço.

10.3 Se não houver pelo menos 3 (três) ofertas de acordo com o subitem anterior, serão proclamados classificados para participarem da fase de lance os proponentes que apresentarem as melhores preços, até no máximo de 3 (três) ofertas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.4 O Pregoeiro consultará se entre os Licitantes existe alguma microempresa ou empresa de pequeno porte, a fim de verificar a ocorrência de empate e dar a possibilidade de novo lance, nos moldes do artigo 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006.

10.5 Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, será aplicado o disposto no art.3º, §2º da Lei 8.666/93, com o intuito de favorecer a indústria nacional. Na hipótese de persistir o empate será realizado sorteio para determinação da ordem de ofertas dos lances ou, conforme o caso, adotados os procedimentos destinados às microempresas ou empresas de pequeno porte.

10.6 Aos Licitantes proclamados classificados será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes em relação ao menor preço.

10.7 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

10.8 O pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata de Sessão.

10.9 O pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante que apresentar a proposta com menor preço para torná-la mais vantajosa à Administração, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

10.10 Sendo apta e aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias do proponente que a tiver formulado.

10.11 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos, salvo manifestação imediata e motivada da vontade de recorrer, no que se observará o disposto no artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/2002.

10.12 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Edital e seus Anexos.

10.13 Da sessão lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os Licitantes presentes.

10.14 Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

10.15 Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na Proposta específica prevalecerão as da Proposta.

10.16 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste Edital e seus Anexos.

11 DA ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no Edital.

11.2 O Licitante deverá apresentar para participar da presente licitação, sob pena de inabilitação, além da Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (anexo 08), da Declaração de Idoneidade (anexo 09), modelo de declaração de superveniência (anexo 10) e declaração de optante do simples (anexo 11), devidamente preenchidos, os seguintes Documentos de Habilitação:

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.2 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.2.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- e) Prova da regularidade com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação da certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, pelo respectivo objeto, está isento de inscrição municipal.
- f) Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débito para com o INSS (CND) e Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, demonstrando situação regular quanto ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.2.2 Os licitantes que não possuam qualquer inscrição neste Município deverão apresentar a Certidão Negativa de Débitos Municipais (ou certidões similares) expedidas pelo Município de sua sede e, conjuntamente, Certidão de Não Contribuinte do ISS E Taxas do Município de Niterói;

12.2.3. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar a documentação de regularidade fiscal ainda que esta acuse a existência de débitos.

12.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.3.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca de Niterói ou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial.

12.3.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e de Encerramento do livro contábil e respectivo registro na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrada há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.3.3 A comprovação da boa situação financeira da empresa será demonstrada através dos cálculos do índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que 01, aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

12.3.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, deverão comprovar o capital mínimo ou valor do patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, conforme permissão do § 3º do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.3.5 As pessoas jurídicas constituídas há menos de 01 (um) ano, apresentarão o balanço patrimonial correspondente ao período de sua existência ou a demonstração contábil que permita a aferição de sua situação patrimonial, econômica e financeira (balancete).

12.3.6 As peças contábeis deverão estar devidamente assinadas pelo representante legal da empresa e pelo contabilista responsável, com seu respectivo registro no órgão de classe.

12.4 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- I** - Certificado de inscrição e regularidade da empresa e dos responsáveis técnicos nos respectivos Conselhos de Classe, conforme legislação em vigor, quando a atividade assim o exigir;
II - Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público

ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, que comprovem aptidão pertinente e compatível com o objeto da licitação;

III – Licença de funcionamento expedida pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual/ Municipal (do distribuidor).

IV - Relação e cópia dos registros dos produtos no Ministério da Saúde, ou isenção dos mesmos;

V – Cópia da publicação no Diário Oficial da União do Registro do produto. Identificada com o nº do item correspondente;

VI - Autorização de funcionamento expedida pelo Ministério da Saúde (do fabricante e/ou distribuidor).

VII - Quanto ao(s) produto(s) Fabricado(s) no exterior, deverá(ão) trazer todas as informações em seus rótulos, cartuchos, bulas, e todo material impresso deve estar escrito em língua Portuguesa, atendendo a Resolução RDC nº 80 de 18 de março de 2002.

VIII - Apresentar cópia autenticada do certificado de regularidade do Responsável Técnico no Conselho Regional de Farmácia de sua jurisdição, bem como da Empresa Farmacêutica ou Firma Distribuidora;

12.5 DA DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

12.5.1 Todos os licitantes, inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte, deverão apresentar declaração, na forma do Anexo 8, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

12.5.2 Os licitantes poderão optar por apresentar a certidão negativa de ilícitos trabalhistas emitida pela Delegacia Regional do Trabalho ao invés da declaração mencionada no item anterior.

12.6 DA VALIDADE DOS DOCUMENTOS E CERTIDÕES

12.6.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.6.2 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, na forma do artigo 32, e seus parágrafos, da Lei Federal n.º 8.666/93.

12.6.3 As declarações que forem disponibilizadas pela *internet*, terão plena validade, desde que dentro do prazo de 30 (trinta) dias, salvo especificação própria referente à validade.

12.6.4 As declarações que não forem disponibilizadas pela *internet* e que não possuírem em seu bojo a data de validade, terão para o certame validade de 90 (noventa) dias.

12.6.5 O Licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer em qualquer fase da licitação, caso a Pregoeira tome conhecimento de fatos supervenientes que desabonem a idoneidade do Licitante, que comprovem a falsidade das informações prestadas ou quaisquer outros que contrariem as disposições contidas no Edital.

13 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

13.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada através de cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

13.2 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3 Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

13.4 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá a Pregoeira considerar o proponente inabilitado.

13.5 Eventuais vícios formais na apresentação dos documentos de habilitação poderão ser saneados na Sessão Pública de processamento do Pregão, através da verificação da informação efetuada através de sítio eletrônico oficial e hábil a conferência.

13.6 Documentos apresentados com a validade expirada acarretará a inabilitação do proponente.

14 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO TERMO DE COMPROMISSO:

14.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

14.2 A convocação a que se refere o subitem anterior far-se-á através de comunicação endereçada diretamente ao(s) licitante(s) vencedor(es), dentro do prazo de validade da sua proposta.

14.3 Após a convocação mencionada no item anterior, o(s) licitante(s) terá(ão) o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, para assinar(em) a Ata de Registro de Preços.

14.4 A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da(s) licitante(s).

14.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

14.6 Nesse caso, o pregoeiro convocará o segundo colocado para, nos termos do inciso XVII do art. 4º da Lei 10.520/00, propor a assinatura da Ata nos termos da proposta vencedora.

14.7 Caso o segundo colocado não aceite firmar a Ata nos termos da proposta vencedora, será facultado a Fundação Municipal de Saúde de Niterói analisar a oferta deste e das subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, ou revogar a licitação.

14.8 O licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação consignadas neste edital.

14.9 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 Ao preço do 1º colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quanto necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item ou lote, observando-se o seguinte:

a) o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial de publicação dos Atos Oficiais da Fundação Municipal de Saúde de Niterói e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) quando das contratações decorrentes do registro de preços, deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata de Registro de Preços

c) os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade de contratação, recorrerem ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados.

15.2 - Excepcionalmente, a critério do Órgão Gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidades ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

15.3 - O Órgão Gerenciador realizará, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, pesquisas periódicas de preços com a finalidade de obter os valores praticados no mercado para os itens objeto da presente licitação e verificar adequação dos valores registrados em Ata. Na hipótese de o valor registrado se mostrar superior ao de mercado, aplicar-se-á o disposto nos subitens 16.2 e 16.3.

16 DA REVISÃO DOS PREÇOS

16.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

16.2 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

16.3 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

a) - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

b) - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.4 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

16.5 - Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16.6 Os valores revisados serão publicados no Diário Oficial.

17 – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

17.1 – O prazo de validade de Ata de Registro de Preço não poderá ser superior a 12 meses, contados a partir de sua publicação na imprensa oficial, computadas neste período eventuais prorrogações.

17.2 – Os contratos resultados do SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e respectivos contratos decorrentes, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/93.

17.3 – É admitida a prorrogação da vigência da Ata, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 12 meses, na forma do subitem 17.1.

18 DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1 A Ata de Registro de Preço, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto municipal nº 10.005/06 e na Lei nº 8.666/1993.

18.2 Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preço, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem registrados, obedecida a ordem de classificação.

18.3 Caberá ao fornecedor do material beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, nas quantidades registradas em Ata, Comissão Permanente de Licitação desde que este serviço não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

18.4 Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão/entidade poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preços, para cada item.

18.5 Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.

18.6 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas na ata de registro de preço;

19.2 Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do presente contrato;

19.3 Exercer a fiscalização do contrato;

19.4 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital, na ata de registro de preço.

20 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

20.1 Entregar os materiais, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, quando solicitados;

20.2 Entregar os materiais do contrato sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**, estando incluídas no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete, seguro e descarregamento das mercadorias;

20.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

20.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;

20.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

21 DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

21.1 O objeto do contrato não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Município de Niterói.

21.2 O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

21.3 Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

21.4 Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

21.5 O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicáveis, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

22 DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PRAZO E RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

22.1 O prazo de entrega dos itens descritos no Anexo 2 – Termo de Referência do Objeto, será de até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio da Autorização de Compra, que será enviada via fax à(s) Licitante(s) vencedora(s), após a assinatura do contrato.

22.2 Os itens desta licitação deverão ser entregues na COFAR, na Rua Coronel Miranda nº 91 – Ponta D'areia – Niterói – RJ.CEP: 24040-025, de segunda à sexta-feira e em horário compreendido entre 09:00h às 12:00h e 13:00h às 16:00 horas.

22.3 É imprescindível que as datas e os horários da entrega sejam comunicados a Unidade Solicitante, por escrito, com antecedência de no mínimo 48 (quarenta e oito) horas úteis, via fax pelo número (21) 2613-2706 ou pelo e-mail cofarfmsniteroirj@gmail.com.

22.4 Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens de fábrica, sempre que for o caso, de forma a manter sua integridade e não serem danificados durante o transporte.

22.5 As embalagens de fábrica deverão vir com todos os itens que acompanham a caixa dos originais.

22.6 O recebimento do objeto será realizado pela COFAR – Coordenação de Farmácia de acordo com as disposições contidas nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) **Provisoriamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Conformidade e será realizado no ato da entrega dos itens na COFAR – Coordenação de Farmácia.
- b) **Definitivamente:** Dar-se-á com a lavratura do Certificado de Aceitação, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do Recebimento Provisório, após verificada a conformidade com as especificações correspondentes ao Termo de Referência deste Edital, com a conseqüente aceitação e/ou recusa.

23 INSPEÇÃO DE RECEBIMENTO

23.1 Todos os itens entregues serão inspecionados no ato do Recebimento Provisório, objetivando avaliar a conformidade do fornecimento com relação ao quantitativo e às especificações técnicas, comparando-os com as discriminações contidas nas Notas Fiscais que os acompanham e o contido na Proposta de Preços e documentos.

23.2 Será feita uma verificação da integridade física dos itens recebidos, de forma a assegurar que nenhum tipo de dano possa ter sido causado aos mesmos durante o transporte.

23.3 Após a Inspeção de Recebimento, COFAR – Coordenação de Farmácia emitirá Certificado de Conformidade, onde constará o número da Nota Fiscal e declaração que indique que o(s) item(ns) recebido(s) está(ão) de acordo com a discriminação constante na mesma.

23.4 Caso seja considerado que a discriminação constante da Nota Fiscal está insuficiente para assegurar a conformidade com as especificações técnicas, será feito no ato uma Discriminação Complementar ou Corretiva, documento este que deverá ser assinado pelas partes (fornecedor/adquirente)

23.5 Os itens não aprovados deverão ser substituídos pela(s) empresa(s) Licitante(s), bem como deverá ser providenciada a complementação dos itens faltantes, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do envio, via fax pela COFAR – Coordenação de Farmácia, do referido Termo de Recusa, no qual constarão as desconformidades com as especificações e/ou quantitativos.

23.6 Os custos das substituições dos itens rejeitados e das entregas dos itens faltantes na COFAR – Coordenação de Farmácia correrão exclusivamente por conta da(s) Licitante(s) vencedora(s).

23.7 O fornecedor será responsável pela retirada dos itens não aprovados na COFAR – Coordenação de Farmácia, bem como pela entrega dos itens em substituição e/ou faltantes, arcando com os referidos custos.

23.8 Caso as substituições dos itens não aceitos não ocorram em até 5 (cinco) dias úteis, ou o novo fornecimento também seja rejeitado, estará(ão) a(s) Licitante(s) vencedora(s) incorrendo em atraso na entrega, sujeita(s) à aplicação das penalidades cabíveis.

23.9 Após decorrido o prazo de avaliação, a COFAR – Coordenação de Farmácia emitirá o Certificado de Aceitação, que será encaminhado via fax à(s) ou e-mail empresa(s) Licitante(s), com a discriminação dos itens testados e aprovados.

23.10 Os itens não aprovados serão listados em um Termo de Recusa, no qual constarão as desconformidades verificadas, que será encaminhado via fax à(s) empresa(s) Licitante(s), ficando esta(s) obrigada(s) a efetuar(em) a substituição dos referidos itens, cumprindo as mesmas condições estabelecidas quando da recusa na fase do Recebimento Provisório.

23.11 O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da(s) adjudicatária(s) pelo perfeito estado dos itens fornecidos, cabendo-lhe(s) sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de suas utilizações, sem quaisquer ônus financeiros para a Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

24 DO PAGAMENTO

24.1 Os pagamentos decorrentes do fornecimento do objeto do presente pregão ocorrerão por conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: 207.

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.303.0051.2248

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.30.00

24.1.1 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

24.2 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, em parcela única ou parcelado, conforme cronograma de execução do contrato, mediante crédito em conta-corrente da contratada, em instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, contados do primeiro dia útil do envio via fax ou e-mail do respectivo Certificado de Aceitação referente ao recebimento definitivo.

24.2.1 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo CONTRATANTE, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse

caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

24.3 A(s) Nota(s) Fiscal(s) Eletrônica(s)¹ – NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ser entregue(s) juntamente com a mercadoria, não podendo conter rasuras e devendo corresponder ao(s) item(s) fornecido(s). Será(ão) conferida(s) e atestada(s) pela **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS)** na pessoa do funcionário responsável, desde que não haja fator impeditivo provocado pela empresa vencedora.

24.4 - Ficam excluídos da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal eletrônica Inteligência – NfeI, os seguintes contribuintes:

- a) contribuintes profissionais autônomos que tenham o recolhimento da ISSQN efetuado através de tributação fixa;
- b) contribuintes pessoas físicas optantes pelo Regime Tributário do Simples nacional qualificados como Microempreendedor Individual – MEI, quando prestarem serviços para pessoas físicas.
- c) bancos e instituições financeiras, autorizadas pelo BACEN.

24.5 A(s) NfeI(s)/Fatura deverá(ão) ter o mesmo CNPJ da Proposta de Preços, pois a divergência impossibilitará a apropriação e o pagamento.

24.6 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

24.7 A(s) Nota(s) Fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em favor da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS)**, CNPJ: **33556060/0001-81**, Inscrição Estadual: Isento, endereço: **Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar –Centro –Niterói /RJ**. Telefone: **(21) 2622-1833**.

24.8 No caso de empresas não optantes pelo Simples, deverão destacar na Nota Fiscal/ Fatura os valores e alíquotas referentes aos tributos federais a serem retidos, conforme Instrução Normativa SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

24.9 Será de inteira responsabilidade da Licitante vencedora as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto desta licitação ficando, ainda, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

24.10 Já estarão retidos na fonte os impostos: IR, PIS, COFINS, CSLL, consoante as Instruções Normativas SRF nº 480/04 da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

24.11 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias para pagamento ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva representação.

24.12 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pela **Taxa Referencial - TR** e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

25 DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1 A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória.

25.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

25.3 Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, para que seja mantido o

¹ A Nota Fiscal eletrônica Inteligente – NfeI será emitida por meio da Internet no endereço eletrônico WWW.niteroi.rj.gov.br ou WWW.webiss.com.br/rjniteroi, mediante a utilização de senha e login fornecidos aos contribuintes durante o procedimento de cadastramento eletrônico, na forma regulamentada neste Decreto.

percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

25.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de **72 (setenta e duas) horas**, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

25.5 O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

26 DOS RECURSOS

26.1 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

26.1.1 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá peticionar contra o ato convocatório.

26.1.2 O Pregoeiro deverá decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

26.1.3 Se for acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

26.2 DO RECURSO À SESSÃO PÚBLICA

26.2.1 Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.

26.2.2 Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá àqueles que manifestarem a intenção de recorrer, prazo suficiente para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

26.2.3 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

26.2.4 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

26.2.5 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante quanto ao resultado do certame, importará preclusão do direito de recurso. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

26.2.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto o Pregoeiro.

27 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1 A inexecução do objeto desta licitação, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal no que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;

27.2 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

27.3 A sanção prevista na alínea b desta ITEM poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

27.4 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

27.5 A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

27.6 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da

possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

27.7 Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

27.8 A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

27.9 O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

27.10 Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela CONTRATADA, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

28 CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

28.1 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) tiver presentes razões de interesse público, devidamente justificadas.

28.2 - O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

28.3 - O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

29 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 É facultado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), quando convocada(s) a(s) Licitante(s) Vencedora(s) e esta(s) não aceitar(em) os prazos e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o Pregão Presencial.

29.2 É facultado ao Licitante ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

29.3 Fica assegurado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS) o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

29.4 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS) não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

29.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

29.8 O Pregoeiro manterá em seu poder os documentos de todas as Licitantes pelo prazo de 15 (quinze) dias, contados da homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, sob pena de inutilização dos mesmos.

29.9 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

29.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, no endereço

constante no timbre deste edital, até dois dias úteis antes da data de abertura dos Envelopes.

29.11 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem utilizados os serviços.

29.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do término.

29.13 As obrigações resultantes do presente certame licitatório deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

29.14 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo 1- Relação dos Itens da Licitação.

Anexo 2- Termo de Referência do Objeto.

Anexo 3- Minuta da Ata de Registro de Preços a ser assinada

Anexo 4- Modelo de Carta de Credenciamento.

Anexo 5- Modelo de Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Anexo 6- Modelo de Declaração da Condição de ME ou EPP.

Anexo 7- Modelo Proposta de Preço.

Anexo 8- Modelo de Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Anexo 9- Modelo de Declaração de Idoneidade.

Anexo 10- Modelo de Declaração de Superveniência.

Anexo 11- Modelo de Declaração de Optante pelo Simples.

Anexo 12 - Portaria de Designação do Responsável pela Fiscalização

29.15 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade superior, observados os princípios que informam a atuação da Administração Pública.

29.16 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

29.17 O foro da comarca de Niterói é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a esta licitação e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

ANEXO 1

RELAÇÃO DOS ITENS DA LICITAÇÃO

Item	Quant.	Unid	Especificação	Preço Máximo Aceitável
------	--------	------	---------------	------------------------

PREGÃO nº 28/2015
ANEXO 2 – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA DAS DESPESAS

1 - OBJETO

Eventual aquisição de MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA para atendimento aos usuários da rede de saúde da FMS-Niterói.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Coordenação de Farmácia (COFAR) tem como função estimar as quantidades (programação) dos medicamentos a serem adquiridos pela Fundação Municipal de Saúde conforme demandas das Unidades de Saúde.

Justifica-se a aquisição pela necessidade de reposição do estoque de medicamentos para dar continuidade às atividades desenvolvidas nas Unidades de Assistência a Saúde da Fundação Municipal de Saúde Niterói (FMS-Niterói) e evitar o risco de desassistência gerada pela falta deles.

Desta forma, busca-se suprir as necessidades da população do Município usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS), atendidos na REDE DE ATENÇÃO BÁSICA (Módulos do PMF e Clínicas da Família, Policlínicas, UBS), bem como Serviços de Urgência e de Pronto Atendimento. Pretende-se ainda, através desta compra, atender a possíveis mandados de intimação contra o Município.

Conforme determinação constitucional estabelecida no artigo 37, inciso XXI, regulamentada pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações, impõem-se à Administração Pública o dever de licitar. A modalidade de Licitação recomendada é o Pregão, através do Sistema de Registro de Preço, de acordo com a Lei nº 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão ser processadas através do Sistema de Registro de Preços (art. 15, II).

Ressaltamos que os medicamentos constantes desta solicitação são padronizados na FMS-Niterói, fazendo parte da REMUME (Relação Municipal de Medicamentos Essenciais), publicada pela Portaria nº 290/2012 em 04/12/2012. Aquisição de medicamentos da FARMÁCIA BÁSICA através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

3 - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

Os medicamentos solicitados estão descritos pela DCB (Denominação Comum Brasileira) e estão especificadas a concentração, forma farmacêutica, quantidade e código.

item	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA
1	6341010	ACETAZOLAMIDA 250 MG	COMP	100	150
2	6349010	ACICLOVIR 200 MG	COMP	240.000	280.000
3	6349015	ACICLOVIR 5% CREME TUBO COM	TB.	500	600

		10 G			
4	6303010	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG	COMP	4.150.000	4.700.000
5	6315010	ACIDO FOLICO 5 MG	COMP	1.900.000	2.200.000
6	6323012	ACIDO VALPRÓICO 250 MG	CÁP	800.000	900.000
7	6323010	ACIDO VALPRÓICO 500 MG	COMP	1.000.000	1.200.000
8	6343014	ALBENDAZOL 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL FRASCO COM 10 ML	FR.	75.000	80.000
9	6343668	ALBENDAZOL 400 MG	COMP	130.000	140.000
10	6375003	ALENDRONATO DE SODIO 70 MG	COMP	100.000	120.000
11	6303017	ALOPURINOL 100 MG	COMP	250.000	300.000
12	6317012	AMIODARONA CLORIDRATO 200 MG	COMP	180.000	210.000
13	6325012	AMITRIPTILINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	1.400.000	1.600.000
14	6319007	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG + 125 MG/ML - 75 ML	FR	45.000	50.000
15	6319027	AMOXICILINA 250 MG/5 ML. FRASCO COM 60 ML	FR.	65.000	80.000
16	6319030	AMOXICILINA 500 MG	COMP	1.500.000	1.700.000
17	6319025	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTASSIO 125 MG	COMP	600.000	700.000
18	6308661	ANLODIPINA BESILATO 10 MG	COMP	2.600.000	3.000.000
19	6308669	ANLODIPINA BESILATO 5 MG	COMP	2.600.000	3.000.000
20	6308522	ATENOLOL 50 MG	COMP	3.500.000	4.000.000
21	6320013	AZITROMICINA 40 MG/ML SUSPENSAO ORAL	FR.	35.000	40.000

22	6319001	AZITROMICINA 500 MG	COMP	170.000	200.000
23	6358089	BECLOMETASONA DIPROPIONATO AEROSSOL USO ORAL 250 MCG/DOSE FRASCO COM 200 DOSES	FR	18.000	19.000
24	6358082	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MCG INALATORIO SPRAY NASAL FRASCO COM 200 DOSES	FR.	15.000	16.000
25	6320019	BENZILPENICILINA BENZATINA 600.000 UI	F/A	75.000	80.000
26	6320018	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI	AMP.	140.000	150.000
27	6320020	BENZILPENICILINA PROCAINA + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 300 000 UI + 100000 UI	F/A	50.000	55.000
28	6343059	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUSPENSÃO ORAL. FRASCO COM 100 ML	FR.	17.000	18.000
29	6345012	BIPERIDENO CLORIDRATO 2 MG	COMP	1.200.000	1.300.000
30	6358095	BUDESONIDA AEROSSOL NASAL 50 MCG (EQUIVALE A 32 MCG) 120 DOSES	FR	15.000	17.000
31	6308022	CAPTOPRIL 25 MG	COMP	11.000.000	12.000.000
32	6323020	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SOLUCAO ORAL. FRASCO COM 100 ML	FR.	6.000	7.000
33	6323023	CARBAMAZEPINA 200 MG	COMP	2.000.000	2.300.000
34	6375004	CARBONATO DE CALCIO 1250 MG (EQUIV 500 MG CA++)	COMP	550.000	600.000
35	6396562	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG + COLECALCIFEROL 400 UI	COMP	700.000	800.000
36	6347030	CARBONATO DE LITIO 300 MG	COMP	400.000	450.000

37	6308663	CARVEDIOL 12,5 MG	COMP	450.000	500.000
38	6308527	CARVEDIOL 3,125 MG	COMP	450.000	500.000
39	6319059	CEFALEXINA 250 MG/5 ML FRASCO COM 60 ML	FR.	70.000	80.000
40	6320017	CEFALEXINA 500 MG - CAPSULA OU COMPRIMIDO REVESTIDO	COMP	1.800.000	1.900.000
41	6377168	CIPROFIBRATO 100 MG	COMP	280.000	300.000
42	6319086	CIPROFLOXACINA CLORIDRATO 500 MG	COMP	450.000	500.000
43	6319091	CLARITROMICINA 50 MG/ML SUSPENSAO ORAL - 50 ML	FR.	8.000	9.000
44	6319271	CLARITROMICINA 500 MG	COMP	270.000	300.000
45	6319096	CLINDAMICINA 300 MG	COMP	1.500	2.000
46	6325666	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 10 MG	COMP	12.500	14.000
47	6325020	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	220.000	250.000
48	6323027	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML 20 ML GOTAS	FR.	14.000	16.000
49	6341113	CLORETO DE SODIO 0,9% SOLUCAO NASAL. FRASCO COM 30 ML	FR.	64.000	70.000
50	6347037	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	650.000	700.000
51	6347035	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 100 MG	COMP	1.000.000	1.100.000
52	6347122	CLORPROMAZINA CLORIDRATO 40 MG/ML SOLUCAO ORAL. FRASCO COM 20 ML	FR.	3.000	3.500
53	6358024	DEXAMETASONA 0,1 MG/ML 100 ML SOLUCAO ORAL	FR.	13.000	15.000

54	6358022	DEXAMETASONA 0,1% COLIRIO. FRASCO COM 5 ML	FR.	2.500	3.000
55	6358020	DEXAMETASONA 0,1% CREME. TUBO COM 10 G	TB.	90.000	100.000
56	6313032	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 2 MG	COMP	380.000	420.000
57	6313030	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO 0,4 MG/ML. FRASCO COM 100 ML	FR.	70.000	80.000
58	6385042	DIAZEPAM 10MG	COMP	1.500.000	1.800.000
59	6385044	DIAZEPAM 5 MG	COMP	900.000	1.000.000
60	6354034	DIGOXINA 0,25 MG	COMP	300.000	350.000
61	6303037	DIPIRONA SÓDICA 500 MG	COMP	3.000.000	3.400.000
62	6303040	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML GOTAS FRASCO COM 10ML	FR.	180.000	200.000
63	6308672	ENALAPRIL MALEATO 10 MG	COMP	1.900.000	2.000.000
64	6308666	ENALAPRIL MALEATO 20 MG	COMP	3.700.000	4.500.000
65	6308040	ENALAPRIL MALEATO 5 MG	COMP	1.600.000	2.000.000
66	6377191	ENANTATO DE NORESTITERONA 50 MG + VALERATO DE ESTRADIOL 5 MG 1 ML	AMP.	50.000	60.000
67	6320016	ERITROMICINA, ESTOLATO SUSPENSAO ORAL 50 MG/ML	FR.	9.000	10.000
68	6319905	ERITROMICINA, ESTOLATO 500 MG	COMP	58.000	65.000
69	6320030	ESPIRAMICINA 500 MG (1.500.000 UI)	COMP	6.000	7.000
70	6363040	ESPIRONOLACTONA 100 MG	COMP	120.000	140.000
71	6363042	ESPIRONOLACTONA 25 MG	COMP	400.000	450.000
72	6369004	ESTRIOL 1 MG/G CREME VAGINAL 50 G COM NO MÍNIMO 07	TUBO	18.000	21.000

		APLICADORES POR BISNAGA			
73	6323040	FENITOINA SÓDICA 100MG	COMP	500.000	550.000
74	6323042	FENITOINA SÓDICA 20 MG/ML SOLUCAO ORAL - FRASCO COM 120ML	FRS	900	1.000
75	6323102	FENOBARBITAL 100MG	COMP	750.000	900.000
76	6323049	FENOBARBITAL 40MG/ML GOTAS - FRASCO COM 20ML	FR.	3.900	4.500
77	6339142	FINASTERIDA 5 MG	COMP	100	200
78	6335040	FLUCONAZOL 100MG	CAP	700	1.000
79	6335079	FLUCONAZOL 150MG	CAP	90.000	100.000
80	6325030	FLUOXETINA CLORIDRATO 20MG	COMP	1.700.000	1.900.000
81	6315015	FOLINATO DE CÁLCIO (ÁCIDO FOLÍNICO)15 MG	COMP	3.000	3.500
82	6363054	FUROSEMIDA 40MG	COMP	1.400.000	1.700.000
83	6341062	GENTAMICINA SULFATO 5 MG/ML COLIRIO. FRASCO COM 5 ML	FR.	3.300	3.800
84	6327040	GLIBENCLAMIDA 5 MG	COMP	4.000.000	4.500.000
85	6327664	GLICAZIDA 30 MG DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	COMP	350.000	400.000
86	6374034	GLICERINA 12% 500 ML CLISTER	FR.	2.000	2.500
87	6347070	HALOPERIDOL 1 MG	COMP	260.000	300.000
88	6347116	HALOPERIDOL 2 MG/ML GOTAS 20 ML	FR.	6.000	7.000
89	6347074	HALOPERIDOL 5 MG	COMP	1.300.000	1.500.000
90	6347078	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML 1 ML	AMP.	24.000	27.000

91	6308060	HIDRALAZINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	1.200.000	1.400.000
92	6363081	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG	COMP	9.000.000	10.000.000
93	6358085	HIDROCORTISONA 10 MG/G CREME 30 G	TUBO	23.000	26.000
94	6341126	HIPROMELOSE 0,3% COLÍRIO	FR	15.000	16.000
95	6303557	IBUPROFENO 200 MG	COMP	1.300.000	1.500.000
96	6303658	IBUPROFENO 50 MG/ ML 30 ML SOLUÇÃO ORAL	FR	35.000	40.000
97	6303638	IBUPROFENO 600 MG	COMP	1.900.000	2.000.000
98	6327068	INSULINA HUMANA REGULAR 100 UI/ML 10 ML	F/A	6.000	7.000
99	6327067	INSULINA NPH HUMANA 100 UI/ML 10 ML	F/A	40.000	45.000
100	6353050	IPRATROPIO BROMETO 0,25 MG/ML SOLUCAO PARA INALACAO FRASCO C/ 20 ML	FR.	10.000	12.000
101	6394042	ISOSSORBIDA DINITRATO 5 MG SUBLINGUAL	COMP	100.000	120.000
102	6394063	ISOSSORBIDA MONONITRATO 20 MG	COMP	800.000	1.000.000
103	6394046	ISOSSORBIDA MONONITRATO 40 MG	COMP	700.000	800.000
104	6335050	ITRACONAZOL 100 MG	COMP	90.000	100.000
105	6343087	IVERMECTINA 6 MG	COMP	56.000	65.000
106	6374086	LACTULOSE 667 MG/ML 120 ML	FR.	1.700	2.000
107	6345050	LEVODOPA 200 MG + BENZERAZIDA 50 MG	COMP	400.000	450.000
108	6345055	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA 25 MG	COMP	270.000	280.000

109	6320031	LEVOFLOXACINA 500 MG	COMP	1.300	1.500
110	6369005	LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG	COMP	1.400.000	1.500.000
111	6377184	LEVONORGESTREL 0,75 MG	COMP	12.000	13.000
112	6330094	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	COMP	400.000	450.000
113	6330092	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	COMP	410.000	480.000
114	6330091	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	COMP	430.000	500.000
115	6306065	LIDOCAINA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY	FR.	750	900
116	6306116	LIDOCAINA CLORIDRATO 2% GELEIA 30 G	TB.	10.000	12.000
117	6329050	LOPERAMIDA 2 MG	COMP	2.000	2.500
118	6313095	LORATADINA 10 MG	COMP	480.000	550.000
119	6313096	LORATADINA 5 MG/5ML 100 ML	FR.	140.000	160.000
120	6308667	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG	COMP	6.200.000	7.500.000
121	6377172	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 150 MG/1 ML	F/A	60.000	65.000
122	6327663	METFORMINA CLORIDRATO 500 MG	COMP	800.000	900.000
123	6327064	METFORMINA CLORIDRATO 850 MG	COMP	4.400.000	5.000.000
124	6308532	METILDOPA 250 MG	COMP	1.800.000	2.000.000
125	6331055	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 10 MG	COMP	700.000	800.000
126	6331059	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4 MG/ML GOTAS. FRASCO COM 10 ML	FR.	70.000	80.000
127	6308676	METOPROLOL, SUCCINATO 25 MG	COMP	150.000	170.000

128	6343670	METRONIDAZOL 100 MG/G CREME OU GEL VAGINAL BISNAGA COM 50 G COM 10 APLICADORES DESCARTÁVEIS	TB.	40.000	50.000
129	6343056	METRONIDAZOL 250 MG	COMP	400.000	450.000
130	6320039	METRONIDAZOL 400 MG	COMP	270.000	300.000
131	6335083	MICONAZOL NITRATO 2 % LOÇÃO 30 ML	FR	18.000	20.000
132	6335081	MICONAZOL NITRATO 20 MG/G CREME VAGINAL 80 G + COM NO MÍNIMO 07 APLICADORES DESCARTÁVEIS POR BISNAGA	TB.	80.000	90.000
133	6335065	MICONAZOL NITRATO 20 MG/G COM NO MÍNIMO 20 G	TB.	50.000	60.000
134	6308083	NIFEDIPINA 20 MG (LIBERAÇÃO CONTROLADA)	COMP	4.000.000	5.000.000
135	6335070	NISTATINA 100.000 UI/ML. FRASCO COM 50 ML	FR.	19.000	20.000
136	6377190	NITROFURANTOINA 100 MG	COMP	85.000	90.000
137	6377164	NORESTITERONA 0,35 MG	COMP	280.000	300.000
138	6325669	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 10 MG	COMP	13.000	15.000
139	6325070	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	200.000	240.000
140	6325668	NORTRIPTILINA CLORIDRATO 50 MG	COMP	180.000	200.000
141	6374083	OLEO MINERAL 100 ML	FR.	23.000	25.000
142	6311060	OMEPRAZOL 20 MG	COMP	5.300.000	6.000.000
143	6303655	PARACETAMOL 200 MG/ML - GOTAS FRASCO 15 ML	FR.	170.000	200.000
144	6303068	PARACETAMOL 500 MG	COMP	2.500.000	3.000.000

145	6309121	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG	COMP	40.000	45.000
146	6343667	PERMETRINA 1% LOÇÃO 60 ML	FR.	30.000	32.000
147	6343669	PERMETRINA 5% LOÇÃO EMULSIONADA 60 ML	FR.	30.000	32.000
148	6343073	PIRIMETAMINA 25 MG	COMP	2.600	3.000
149	6358093	PREDNISOLONA FOSFATO 1,34 MG/ML SOL ORAL 100 ML	FR.	30.000	32.000
150	6358073	PREDNISONA 20 MG	COMP	360.000	450.000
151	6358075	PREDNISONA 5 MG	COMP	310.000	350.000
152	6313080	PROMETAZINA CLORIDRATO 25 MG	COMP	1.200.000	1.400.000
153	6317086	PROPAFENONA CLORIDRATO 300 MG	COMP	80.000	90.000
154	6330090	PROPILTIOURACILA 100 MG	COMP	95.000	100.000
155	6308092	PROPRANOLOL CLORIDRATO 40 MG	COMP	270.000	3.200.000
156	6311082	RANITIDINA CLORIDRATO 150 MG	COMP	2.500.000	3.000.000
157	6347117	RISPERIDONA 1 MG	COMP	650.000	750.000
158	6347101	RISPERIDONA 2 MG	COMP	100.000	1.200.000
159	6383584	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL PO PARA SOLUÇÃO - ENVELOPE COM 27,9 G	ENV.	138.000	150.000
160	6353098	SALBUTAMOL SULFATO 100 MCG AEROSSOL INALATORIO FRASCO COM 200 DOSES	FR	18.000	20.000
161	6345054	SELEGILINA 5 MG	COMP	21.000	22.000
162	6377198	SINVASTATINA 20 MG	COMP	3.000.000	3.500.000
163	6377199	SINVASTATINA 40 MG	COMP	1.400.000	1.600.000

164	6319213	SULFADIAZINA 500 MG	COMP	100.000	130.000
165	6379099	SULFADIAZINA DE PRATA 1%. TUBO COM 50 G	TB.	24.000	25.000
166	6319005	SULFAMETOXAZOL 200 MG + TRIMETOPRIMA 40 MG/5 ML SUSP. 60 ML	FR.	18.000	20.000
167	6319215	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG	COMP	420.000	500.000
168	6315097	SULFATO FERROSO 12,5 MG/2,5 ML (XAROPE)	FR.	30.000	40.000
169	6315070	SULFATO FERROSO 25 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL 30 ML	FR.	48.000	50.000
170	6315072	SULFATO FERROSO 40 MG DE FE	COMP	3.500.000	4.000.000
171	6341118	TIMOLOL MALEATO 0,5% - 5 ML	FR.	12.000	14.000
172	6323100	VALPROATO DE SODIO 57,624 MG/ML SOLUCAO ORAL FRASCO 100 ML	FR.	17.000	20.000
173	6321100	VARFARINA SODICA 5 MG	COMP	100.000	130.000
174	6321110	VARFARINA SODICA 1 MG	COMP	50.000	60.000
175	6317083	VERAPAMIL CLORIDRATO 80 MG	COMP	270.000	300.000
176	6396552	VITAMINA B 6 100 MG	COMP	55.000	60.000
177	6396132	VITAMINA B1 300 MG	COMP	270.000	300.000
178	6315083	VITAMINA B12 1000 MCG (CIANOCOBALAMINA)	AMP.	5.000	6.000

Justificativa das quantidades solicitadas:

A programação acima prevê atender a demanda de medicamentos durante um (01) ano, fundamentando-se em consumo histórico registrado (consumo médio mensal), e demandas (necessidades identificadas de medicamentos, que são atendidas ou não) informadas pelas Unidades de Saúde.

Diante do exposto, para identificação desta demanda, a COFAR a solicita através de Comunicação Interna enviada a VIPAHE e VIPACAF para divulgação às unidades da rede de saúde. Nesta solicitação foi requisitado a demanda real, que é o registro do consumo histórico (demanda atendida) na Unidade de Saúde mais a demanda não atendida de medicamentos. A demanda não atendida representa o medicamento prescrito, porém não fornecido ao paciente. Desta forma buscou-se junto às unidades de saúde a identificação não apenas do registro do consumo do que existia em estoque, como também de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) que deixaram de ser consumidos pela sua indisponibilidade na ocasião da dispensação.

Fórmulas adotadas:

- Cálculo de Consumo Médio Mensal

$$\text{CMM} = \frac{\text{total consumido no período}}{\text{N}^\circ \text{ de meses em que esteve disponível}}$$

- Cálculo de demanda de medicamentos:

$$\text{DEMANDA REAL} = \text{Demanda Atendida (consumo)} + \text{Demanda não Atendida (DNA)}$$

$$\text{DEMANDA NÃO ATENDIDA} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de dias em que faltou o medicamento}}{\text{N}^\circ \text{ de dias de funcionamento da Unidade de Saúde}} \times \text{CMM}$$

- Quantidade de reposição ou a ser adquirida:

$$\text{Quantidade} = \text{Demanda real} \times (\text{TC} + \text{P}) + \text{ES} - \text{EA}$$

Sendo:

TC = espaço de tempo decorrido entre a data da solicitação da aquisição, até a data do recebimento do material; P = período a programar a compra; ES = Estoque de segurança; EA = Estoque Atual.

Segue em anexo a este Termo as informações repassadas pelas Unidades de Saúde.

Ressaltamos que fatores diversos podem influenciar o consumo de medicamentos, elevando ou diminuindo, como a introdução de novos esquemas terapêuticos, perfil epidemiológico (morbi-mortalidade), expansão da rede assistencial de saúde, ofertas de novos serviços e adoção de novas tecnologias, epidemias (ex.: dengue) e até estados de

calamidade pública e períodos de desabastecimento.

Ponderamos ainda outros fatores que podem interferir no processo de aquisição, tais como a demora no processo licitatório, disponibilidade orçamentária e financeira, tempo médio na reposição de estoques e a periodicidade das aquisições, o que nos leva a considerar a programação de um estoque de segurança. O estoque de segurança é o estoque de cada item que deve ser mantido como reserva para assegurar a continuidade do tratamento em caso de atraso de entrega do fornecedor ou aumento de consumo, e dependem da classificação ABC, consumo e tempo de abastecimento.

Deste modo, esclarecemos que os processos anteriores para aquisição de medicamentos foram abertos no fim de 2012 e início de 2013, mas as realizações destes pregões somente ocorreram em 2014. Ou seja, os dados de demanda e consumo utilizados para aquisição de medicamentos dos pregões anteriores basearam-se em levantamento no fim de 2012. Assim, deste então, houve a reestruturação da rede de assistência em saúde, como a inauguração de novos módulos do Programa Médico de Família (PMF) e transformação de Unidades Básicas de Saúde em Clínicas da Família, além do aumento do número de leitos em Hospitais, notadamente no Hospital Municipal Carlos Tortely, com impacto no consumo de medicamentos.

Por fim, informamos que o Pregão por Registro de Preço (RP) implica na não obrigatoriedade da compra de toda a quantidade de medicamentos presente no RP. Assim, com a realização periódica de solicitações (trimestrais ou quadrimestrais) de compra ao longo da vigência do RP, é possível acompanhar o consumo e o estoque de medicamentos e identificar possíveis distorções antes de realizar nova aquisição. Assim, otimiza-se a compra, pois adquire-se somente a quantidade necessária para um período definido.

4 - LOCAIS DAS ENTREGAS DO BEM/SERVIÇOS

Coordenação de farmácia (COFAR) – Rua Coronel Miranda, nº 91 – Ponta D’Areia - Niterói – RJ. CEP: 24040-025. A entrega será no horário das 09:00h às 12:00h e 13:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira.

A entrega deve ser realizada na conformidade da Nota de Empenho, na presença de servidor devidamente autorizado, como determina o § 8º, do artigo 15, da Lei 8.666/93.

Relativo às condições de fornecimento, a CONTRATADA deverá:

- a) Entregar os medicamentos obedecendo rigorosamente às condições do Edital, e seus anexos;
- b) Entregar obedecendo rigorosamente à legislação vigente inerente ao medicamento;
- c) Entregar os produtos com a expressão na embalagem de cada medicamento: Venda proibida ao Comércio;
- d) Cumprir com a legislação aplicável.

Os medicamentos terão que possuir no ato de entrega validade mínima de 90% (noventa por cento) a partir da data de sua fabricação.

Será devolvido todo e qualquer medicamento que apresente validade inadequada, assim como outras exigências de qualidade e cuja especificação esteja em desacordo com a Ata de Registro de Preços.

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO

Sendo a aquisição através do Sistema de Registro de Preço, a COFAR solicitará a ENTREGA PARCELADA dos medicamentos.

A COFAR solicitará a emissão das notas de empenho dos medicamentos, ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, conforme acompanhamento do consumo mensal e estoque destes medicamentos.

Após a emissão da nota de empenho, os medicamentos deverão ser entregues até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio da Autorização de Compra.

6 - ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

Elizabeth de Amorim Pereira – Coordenadora de Farmácia – Matrícula nº 241.897

Richardson Vieira Moreno – Farmacêutico – Matrícula nº 1434261

7- BLOCO DE FINANCIAMENTO/COMPONENTE

Bloco da Assistência Farmacêutica, através do Componente Básico da Assistência Farmacêutica. O financiamento é de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme estabelecido pela Portaria MS nº 1555/2013 e a deliberação CIB-RJ nº 2661/2013.

8- AÇÃO VINCULADA NA PAS

Esta solicitação se vincula na operacionalização da Assistência Farmacêutica.

9 - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Não há informações complementares.

Elizabeth de A. Pereira
CRF – 3211 – Matrícula FMS - 238.743
Coordenadora de Farmácia

**PROCESSO Nº. 200/5532/2014
PREGÃO nº 28/2015**

ANEXO 3

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos (.....) dias do mês de do ano de, presentes de um lado, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, inscrito no CNPJ sob o nº 32.556.060/0001-81, sediado na rua Visconde de Sepetiba, 987/8º andar, Centro, Niterói - RJ, representada pela Sra. Presidente **SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA**, portadora da Carteira de Identidade nº. **05.658.231-5/DETRAN-RJ** e inscrita no CPF sob o nº. **778.944.647-91**, conforme competência que lhe foi delegada através da Portaria Municipal nº **452/2014**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, em face da classificação das propostas de preços no Pregão Presencial nº **28/2015** para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas, **RESOLVE** registrar os preços para “**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE DA FMS-NITERÓI**”, constantes no Anexo 1 do Edital, que passa a fazer parte integrante desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a(s) empresa(s) classificada(s) com os respectivos itens e preços. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12(doze) meses, a partir de sua publicação, mantidas todas as condições instituídas no edital supramencionado. A presente Ata será utilizada pela FMS- Niterói, como órgão gerenciador, na forma prevista no instrumento editalício, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo 1. Tendo sido cumpridas todas as formalidades legais e nada mais havendo a constar, lavrando-se esta Ata que vai assinada pela Sr. Presidente da Fundação Municipal de Saúde de Niterói, bem como pelos representantes das empresas com preços registrados, devendo a mesma ser publicada no Diário Oficial do Município para que opere seus jurídicos e legais efeitos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS consiste na “**EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA REDE DA FMS-NITERÓI**”, COM PREÇOS INSCRITOS na mesma, conforme as especificações constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº **28/2015** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua Publicação. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a FMS - Niterói não será obrigada a adquirir os medicamentos referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Serão usuários do Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador desta FMS, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E DA ENTREGA

Os medicamentos deverão ser entregues na COFAR – Coordenação de Farmácia - Rua Coronel Miranda nº 91 – Ponta D’Areia – Niterói – RJ.

Cumpra as empresa fabricantes, importadores e distribuidores, a responsabilidade de receberem em devolução, produtos vencidos, alterados, interditados, parcialmente utilizados ou impróprios para

consumo, devendo as mesmas procederem a retirada dos quantitativos no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da comunicação.

O prazo de validade dos medicamentos em questão deverão ser entregues embalados e não violados, condicionados adequadamente, e a data de fabricação não poderá exceder 10% do total do prazo de validade.

O prazo de entrega dos itens descritos no Anexo 2 – Termo de Referência do Objeto, será de até 10 (dez) dias corridos, contados da data do envio da Autorização de Compra, que será enviada via fax à(s) Licitante(s) vencedora(s), após a assinatura do contrato

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

- a) cumprir integralmente as condições estabelecidas no edital do PREGÃO 28/2015
- b) manter, durante o período de vigência desta Ata, as condições de habilitação e qualificação do certame licitatório.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução do contrato, na forma do que dispõe o art. 70 da lei 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES:

- a) disponibilizar condições para o recebimento dos medicamentos e tudo o mais que seja necessário.
- b) efetuar os pagamentos às empresas fornecedoras, dos medicamentos forma estabelecida nesta Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante entrega total dos medicamentos solicitados e será pago através de cheque nominativo, na tesouraria da FMS, ou crédito bancário, no Banco do Brasil ou Banco Santander, em 30 (trinta) dias

Qualquer pagamento só será efetuado se na Nota Fiscal/Fatura constar o atestado de entrega dos medicamentos e o visto do responsável pela COFAR – Coordenação de Farmácia.

Caso ocorra atraso ou antecipação no pagamento, para compensação financeira, será adotada a Taxa Referencial – TR, pro rata die.

A penalização por eventuais atrasos de pagamentos será procedida por multa no valor de 0,5% (meio por cento) ao mês, sobre o valor da obrigação, por atraso superior a 30 (trinta) dias contados da data do adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega dos medicamentos estará condicionada ao disposto no item 22 (da entrega) do edital do PREGÃO nº 28/2015

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

Os adjudicatários inadimplentes estarão sujeitos às penalidades previstas no art.87 da Lei Federal nº 8666/93, Decreto Municipal nº 9614/05 e da Lei Municipal 1.494 de 27/3/96, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
 - b) multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta.
 - c) suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- § 1º – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE, observada a regra prevista no parágrafo sexto.
- § 2º – A sanção prevista na alínea b desta Cláusula poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.
- § 3º – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.
- § 4º – A multa administrativa prevista na alínea b não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

§ 5º – O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

§ 6º – Antes da aplicação de qualquer penalidade administrativas, será garantido o exercício do contraditório e ampla defesa no prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pessoal do contratado.

§ 7º – A aplicação da sanção prevista na alínea d é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais, devendo ser precedida de defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 8º – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

§ 9º – Será remetida à Secretaria Municipal de Administração cópia do ato que aplicar qualquer penalidade ou da decisão final do recurso interposto pela **CONTRATADA**, a fim de que seja averbada a penalização no Registro Cadastral.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas no art. 12 do Decreto Municipal nº 10005/06.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei 8666/93.

O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá: convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá: liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades cabíveis, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento; convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação dos preços registrados será efetuada no Diário Oficial do Município, trimestralmente, em cumprimento ao disposto no art. 15, § 2º da Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DO FORO

Fica eleito desde já o foro da Justiça da Comarca de Niterói para dirimir questões oriundas desta Ata, renunciando as partes a qualquer outro por privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 28/2015 e as propostas das empresas constantes do Anexo 7.

Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei 8666/93, decretos Municipais nº 9614/05 e 10005/06.

Empresas Habilitadas:

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA
Presidente da FMS
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO 4 - MODELO - CREDENCIAMENTO

CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o(s) Sr.(a)(s) _____, portador(a)(s) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, suprefenciada, na qualidade de Representante Legal da empresa _____, bem como formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

**ANEXO 5 – MODELO – DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA DE QUE CUMPRE
PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.**

_____ (nome da empresa), CNPJ
(número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), declara, sob as Penas
da Lei que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o Presente processo licitatório.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO 6 – MODELO – DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO

_____ (nome da empresa), CNPJ
_____ (número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo CRF/RJ, na modalidade de Pregão Presencial, que é () MICRO EMPRESA ou () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, cumprindo os requisitos legais para efeito de qualificação como ME-EPP e que não se enquadra em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, estando apta a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fato superveniente impeditivo da participação no presente certame.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20____.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO 7 – MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL: _____ **CNPJ:** _____
INSCRIÇÃO MUNICIPAL E/OU ESTADUAL: _____
ENDEREÇO: _____
BAIRRO: _____ **CEP:** _____
CIDADE: _____ **ESTADO:** _____
TELEFONE: _____ **FAX:** _____
E-MAIL: _____

Nº do Lote ou Item		
Código do Item	Valor Unitário (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
VALOR TOTAL DO LOTE ou do ITEM		

Valor total do Lote ou Item: R\$ _____
(em algarismos)
(por extenso) _____

- () Optante pelo Simples Nacional
() Não Optante pelo Simples Nacional

DECLARO, que o(s) item(s) ofertado(s) está(ão) em conformidade com as especificações contidas no ANEXO 2 – Termo de Referência do Objeto deste Edital.

DECLARO, ainda, que nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos indispensáveis à perfeita execução do objeto deste Edital, assim como abrange todos os custos com materiais e serviços necessários à entrega do(s) item(ns) em perfeitas condições de uso, eventual substituição de unidades defeituosas e/ou entrega de itens faltantes.

Essa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Niterói, ____ de _____ de 20__.

(Nome e Assinatura do representante legal)

ANEXO 8 - MODELO - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

_____ (nome da empresa), CNPJ
_____ (número de inscrição), sediada
_____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, DECLARA, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói, na modalidade de Pregão Presencial, conforme disposto no artigo 7º da Constituição Federal, na Lei nº 9.854, de 27.10.1999, publicada no Diário Oficial da União de 28.10.1999, e inciso V do artigo 13 do Decreto nº 3.555, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____ (Local), _____ de _____ de 20__.

(Assinatura do representante legal)

(Se procurador, anexar cópia da procuração autenticada ou com o original para que se proceda à autenticação).

Nome: _____

No da cédula de identidade: _____

Cargo: _____

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015

ANEXO 10 – MODELO – DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

A empresa _____, CNPJ
_____, sediada no endereço
_____ (endereço completo), DECLARA,
sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no
presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____ de _____ de 20__.
(Local)

(Assinatura do representante legal e carimbo da empresa)

ANEXO 11- MODELO - DECLARAÇÃO DE OPTANTE PELO SIMPLES

Ilmo. Sr.
(autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____
DECLARA ao Município de Niterói, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), nos termos da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II - o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, _____ de _____ de _____.
(Local)

(Nome e Assinatura do representante legal)

PREGÃO Nº 28/2015

ANEXO 12

MINUTA

Portaria FMS/FGA nº /2014

A presidente da Fundação Municipal de Saúde , no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Indicar o Gestor responsável pela fiscalização, na forma prevista no art. 67, da Lei 8.666/93, do contrato _____, Processo _____, do Pregão _____, cujo objeto é a prestação de serviços de _____,

Para atender a _____.

Nome do Gestor: _____.

Art. 2º - Indicar (Gestor Substituto – qualificação), para responder nas faltas e impedimentos do Gestor Responsável.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Niterói, de de 2016.

SOLANGE REGINA DE OLIVEIRA
Presidente da FMS
Secretária Municipal de Saúde